ISSN: 2358-8829

EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E VALORIZAÇÃO DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA: DESAFIOS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA ESCOLA PÚBLICA

Antonia Alcione Maia[1]
Elivania Machado de Souza[2]
Maria Elcivânia Machado Sousa[3]
Silvia Patrícia da Costa Oliveira[4]

INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira foi constituída historicamente pela interação entre diferentes povos, culturas e matrizes étnicas. Nesse processo, as populações africanas e afro-brasileiras exerceram participação fundamental na formação social, econômica, religiosa e cultural do país. Apesar dessa contribuição, seus conhecimentos, práticas e produções permaneceram por muito tempo pouco valorizados no currículo escolar, o que contribuiu para a manutenção de representações limitadas acerca da história e da identidade da população negra.

No contexto educacional, esse apagamento assume especial relevância. Durante décadas, a presença negra nos conteúdos escolares foi associada predominantemente à escravização, muitas vezes sem a mesma atenção aos processos de resistência, às formas de organização social, à produção intelectual, às manifestações culturais e às contribuições históricas da população africana e afro-brasileira. Essa abordagem restrita pode reforçar estereótipos e dificultar a construção de uma compreensão mais ampla acerca da própria formação da sociedade brasileira.

A educação antirracista surge, nesse sentido, como uma perspectiva que ultrapassa a simples inclusão de conteúdos relacionados à diversidade. Ela pressupõe uma atuação pedagógica consciente, capaz de identificar desigualdades, questionar representações historicamente construídas e ampliar as referências culturais oferecidas aos estudantes. Coelho et al. (2022) destacam que a transformação das relações raciais nos espaços educativos depende de processos contínuos de reflexão e formação, de modo que a escola possa contribuir para a superação de práticas discriminatórias naturalizadas socialmente.

A consolidação dessa perspectiva no Brasil recebeu importante respaldo com a Lei nº 10.639/2003[1], responsável pela inserção obrigatória da História e Cultura Afro-

[1] Graduada pelo do Curso de História e Geografia da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, alcione.maia@hotmail.com;

[2] Graduada pelo Curso de Pedagogia com Habilitação em Língua Portuguesa e Inglesa, Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, elivaniamachado@yahoo.com.br;

[3] Graduada pelo Curso de Pedagogia com Habilitação em Língua Portuguesa e Inglesa da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, elcivaniamachado@yahoo.com.br;

[4] Mestra do Curso de Ciências da Educação da Universidade Católica Dom Bosco – MS = silpatyca@gmail.com

[1] Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e estabeleceu a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira na Educação Básica.

ISSN: 2358-8829

Brasileira no currículo da Educação Básica. Entretanto, a existência de uma determinação legal não garante, por si só, sua efetivação nas práticas escolares.

Mais de duas décadas após sua promulgação, ainda são identificadas dificuldades relacionadas à formação docente, à disponibilidade de materiais pedagógicos e à incorporação permanente da temática ao planejamento das instituições de ensino. Lopes, Souza e Dionisio (2024) chamam atenção para a necessidade de transformar os princípios da educação antirracista em experiências pedagógicas concretas, evitando que a abordagem das relações étnico-raciais permaneça restrita a ações eventuais ou a períodos específicos do calendário escolar.

Outro aspecto relevante está relacionado à formação dos profissionais da educação. Sousa e Pio (2025), ao analisarem percepções docentes sobre relações étnico-raciais, observaram dificuldades na identificação de determinadas manifestações de racismo e, consequentemente, na construção de intervenções pedagógicas diante dessas situações. Esse resultado evidencia que a formação continuada precisa ocupar posição estratégica na consolidação de uma educação comprometida com a equidade racial, a responsabilidade, entretanto, não deve recair exclusivamente sobre o professor.

Secretarias de educação, equipes gestoras e instituições formadoras também desempenham papel fundamental na criação de condições para que essas práticas sejam incorporadas de forma sistemática ao cotidiano escolar. Esse entendimento foi reforçado pela instituição da Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola PNEERQ[2], em 2024, que amplia o compromisso institucional com a formação de profissionais da educação e com o enfrentamento das desigualdades étnico-raciais nos sistemas de ensino.

A valorização da cultura afro-brasileira no ambiente escolar também implica ampliar as referências apresentadas aos estudantes. Literatura, ciência, música, religião, movimentos sociais, artes, história e diferentes formas de produção do conhecimento oferecem possibilidades para que a população negra seja reconhecida como protagonista da formação brasileira, e não apenas como sujeito submetido aos processos históricos de violência e exploração.

Essa mudança de perspectiva possui importância tanto para estudantes negros quanto para não negros. Para os primeiros, a presença de referências positivas pode favorecer processos de reconhecimento e pertencimento. Para os demais, o contato com diferentes narrativas possibilita desconstruir estereótipos e compreender com maior profundidade a diversidade social e cultural brasileira.

[2] Portaria MEC nº 470, de 14 de maio de 2024. Instituiu a Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ).

ISSN: 2358-8829

Assim, desenvolver práticas pedagógicas antirracistas não significa acrescentar um conteúdo isolado ao currículo. Trata-se de repensar escolhas pedagógicas, representações, materiais e formas de abordar a história e a cultura brasileira.

Diante desse cenário, o presente estudo tem como objetivo refletir sobre a importância da educação antirracista e da valorização da cultura afro-brasileira no ambiente escolar, bem como analisar os desafios enfrentados pelos educadores na implementação dessas práticas no cotidiano da escola pública. Busca-se, ainda, discutir possibilidades pedagógicas capazes de contribuir para a formação de estudantes mais conscientes, críticos e comprometidos com o respeito à diversidade.

REFERENCIAL TEÓRICO

EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO CONTEXTO ESCOLAR

A educação antirracista parte do reconhecimento de que o racismo não se manifesta somente por meio de atos explícitos de discriminação. Ele também pode estar presente em práticas, discursos, relações sociais, materiais didáticos e escolhas curriculares que naturalizam desigualdades ou silenciam determinados grupos. No ambiente escolar, essa compreensão é particularmente importante porque a escola participa da formação de valores, identidades e formas de interpretar a sociedade.

Coelho et al. (2022) ressaltam que o enfrentamento do racismo nos espaços educativos requer processos permanentes de reflexão e transformação das práticas. Dessa perspectiva, declarar respeito à diversidade não é suficiente. É necessário observar quais conhecimentos são valorizados, quais sujeitos aparecem como protagonistas e de que maneira diferentes grupos raciais são representados no cotidiano escolar.

A escola, portanto, pode reproduzir preconceitos existentes socialmente, mas também pode constituir um espaço privilegiado para questioná-los. Essa possibilidade depende de ações pedagógicas intencionais, articuladas ao currículo e desenvolvidas de maneira contínua.

Souza, Silva e Farias (2024) discutem que práticas comprometidas com a educação antirracista precisam ultrapassar abordagens ocasionais e favorecer a problematização das relações raciais no cotidiano. Os autores evidenciam que processos formativos e pedagógicos podem produzir mudanças na maneira como professores e estudantes compreendem a cultura africana e afro-brasileira, especialmente quando o tema deixa de aparecer apenas em atividades comemorativas.

Nesse sentido, a educação antirracista não deve ser entendida como responsabilidade de uma única disciplina. História, Língua Portuguesa, Artes, Ciências, Geografia e os demais componentes curriculares podem abordar, a partir de suas especificidades, conhecimentos, trajetórias e contribuições de populações africanas e afro-brasileiras. O caráter interdisciplinar

ISSN: 2358-8829

amplia as possibilidades de inserção do tema e reduz o risco de tratá-lo como um conteúdo isolado do restante da formação escolar.

A LEI Nº 10.639/2003 E A VALORIZAÇÃO DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA

A inserção da História e Cultura Afro-Brasileira no currículo da Educação Básica representou uma mudança significativa na política educacional brasileira. A Lei nº 10.639/2003 estabeleceu uma base normativa para enfrentar a invisibilização histórica da população negra nos conteúdos escolares e fortaleceu a necessidade de reconhecer sua participação na formação do país.

A existência da legislação, contudo, não garante automaticamente sua implementação. Mais de duas décadas após sua promulgação, permanecem desafios relacionados à formação profissional, ao planejamento pedagógico e à disponibilidade de materiais capazes de tratar a temática de maneira crítica e contextualizada. Lopes, Souza e Dionisio (2024) chamam atenção para a importância das experiências pedagógicas construídas por professores antirracistas, mostrando que o avanço legal precisa ser acompanhado por práticas efetivas no cotidiano da escola.

Uma das dificuldades recorrentes está na concentração das atividades em determinados períodos do ano, sobretudo no mês de novembro. A realização de projetos durante o Dia da Consciência Negra pode contribuir para dar visibilidade ao tema, mas torna-se limitada quando a história e a cultura afro-brasileira desaparecem do currículo nos demais meses.

Valorizar a cultura afro-brasileira exige ampliar o repertório apresentado aos estudantes. A população negra precisa ser reconhecida em sua diversidade e em diferentes campos da vida social: literatura, música, ciência, artes, religiosidade, movimentos políticos, tecnologias, saberes tradicionais e formas de resistência. Essa ampliação é importante para evitar que a presença negra seja apresentada exclusivamente a partir da escravização e do sofrimento.

A instituição da Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola, em 2024, reforça essa compreensão ao recolocar a equidade racial como responsabilidade dos sistemas educacionais. A política amplia a atenção para formação, gestão e acompanhamento das ações, indicando que a implementação da educação das relações étnico-raciais não pode depender apenas da iniciativa individual de alguns professores.

FORMAÇÃO DOCENTE E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS ANTIRRACISTAS

A formação docente ocupa posição central nesse debate. Muitos profissionais da Educação Básica tiveram, em sua formação inicial, contato restrito com conteúdos relacionados à história africana, cultura afro-brasileira e relações étnico-raciais. Como

ISSN: 2358-8829

consequência, podem reconhecer a importância do tema e, ainda assim, sentir insegurança para planejar atividades, selecionar materiais ou conduzir discussões envolvendo situações de racismo.

Sousa e Pio (2025), ao analisarem percepções de professores em um processo formativo, evidenciam que reconhecer determinadas manifestações do racismo constitui um dos primeiros desafios para uma intervenção pedagógica adequada. Situações aparentemente naturalizadas, como apelidos, comentários sobre características físicas, estereótipos ou exclusões, podem ser minimizadas quando os profissionais não dispõem de elementos para compreendê-las no contexto das relações raciais. Por isso, a formação continuada precisa ir além de encontros pontuais.

Jesus, Castanheira e Almeida (2025) destacam a relevância de espaços permanentes de estudo sobre relações étnico-raciais para fortalecer práticas profissionais comprometidas com o antirracismo. A formação pode possibilitar ao professor revisar concepções, analisar os materiais utilizados em sala de aula e construir estratégias para atuar diante de conflitos e manifestações discriminatórias.

Essa responsabilidade, entretanto, não pode ser atribuída somente ao docente. Gestão escolar, coordenação pedagógica, secretarias de educação e instituições formadoras precisam garantir condições para que a temática seja estudada e incorporada ao planejamento. Quando esse apoio institucional não existe, as ações tendem a depender excessivamente do interesse individual de determinados profissionais, dificultando sua continuidade.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E VALORIZAÇÃO DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA

As possibilidades pedagógicas voltadas à educação antirracista são diversas. Literatura, pesquisa histórica, música, artes, produção textual, biografias, jogos, projetos interdisciplinares e rodas de conversa podem favorecer a construção de conhecimentos sobre as relações étnico-raciais, desde que sejam utilizadas com intencionalidade pedagógica e contextualização.

Rodrigues e Andrade (2025), ao discutirem práticas comprometidas com a educação antirracista, destacam a importância de propostas que permitam aos estudantes entrar em contato com referências positivas da cultura negra e com diferentes narrativas sobre a sociedade brasileira. Atividades dessa natureza podem ampliar a representatividade no ambiente escolar e favorecer a desconstrução de imagens estereotipadas.

A literatura apresenta um campo particularmente fértil. Obras de autores e autoras negras podem ser trabalhadas não apenas como recursos complementares, mas como parte do próprio estudo da língua e da literatura brasileira. Da mesma forma, pesquisas sobre cientistas, artistas, intelectuais e lideranças negras permitem diversificar as referências apresentadas aos estudantes.

ISSN: 2358-8829

Também é necessário cuidado para que a valorização cultural não se transforme em folclorização. Danças, comidas, músicas, religiosidades e outras manifestações podem integrar as atividades escolares, mas precisam ser contextualizadas historicamente e relacionadas aos sujeitos e processos sociais que lhes atribuem significado. Sem essa contextualização, corre-se o risco de reduzir culturas complexas a elementos decorativos ou apresentações ocasionais.

Assim, as práticas pedagógicas antirracistas se fortalecem quando fazem parte do planejamento regular da escola, dialogam com os conteúdos curriculares e reconhecem os estudantes como participantes ativos do processo educativo. A continuidade dessas ações pode contribuir para que a valorização da cultura afro-brasileira deixe de ser tratada como tema excepcional e passe a integrar de forma mais efetiva a formação escolar.

METODOLOGIA

O estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, orientada pela compreensão das práticas educativas voltadas à educação antirracista e à valorização da cultura afro-brasileira na escola pública. A escolha por essa abordagem decorre da própria natureza do objeto investigado, uma vez que as relações étnico-raciais no contexto educacional envolvem dimensões históricas, sociais, culturais e pedagógicas que não podem ser compreendidas apenas por meio de dados quantitativos.

A pesquisa bibliográfica foi desenvolvida a partir da consulta a artigos científicos, livros e demais produções acadêmicas relacionadas à educação antirracista, às relações étnico-raciais, à formação docente e às práticas pedagógicas de valorização da cultura afro-brasileira. Para conferir maior atualidade à discussão, foram priorizados trabalhos publicados nos últimos cinco anos, especialmente estudos que analisam experiências educacionais realizadas em escolas públicas brasileiras.

Essa delimitação possibilitou aproximar o trabalho de debates recentes sobre a implementação da educação das relações étnico-raciais no cotidiano escolar. Entre as produções selecionadas foram considerados estudos que discutem a formação docente, experiências pedagógicas antirracistas, práticas de leitura e escrita, representatividade negra no currículo e intervenções educativas relacionadas ao enfrentamento do racismo. Também foi realizada pesquisa documental. Nessa etapa, foram considerados documentos legais e normativos que orientam a educação para as relações étnico-raciais no Brasil. A Lei nº 10.639/2003 foi tomada como referência central por estabelecer a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira na Educação Básica. A análise foi complementada por documentos mais recentes, especialmente a Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola, PNEERQ, instituída em 2024. A política amplia o compromisso institucional com a superação das desigualdades étnico-raciais,

o enfrentamento do racismo nos ambientes de ensino e o fortalecimento da formação dos profissionais da educação.

Para organização do material bibliográfico, a análise foi estruturada em quatro eixos: a) presença da educação antirracista no cotidiano escolar; b) formação docente para as relações étnico-raciais; c) práticas pedagógicas de valorização da cultura afro-brasileira; e d) desafios para a efetivação das políticas educacionais relacionadas à temática.

A análise não buscou apenas identificar se essas práticas estavam presentes nos estudos consultados, mas compreender como eram desenvolvidas e quais contribuições ou limitações eram apontadas pelos autores.

Nesse sentido, foram observadas experiências envolvendo literatura, produção textual, jogos, brincadeiras, projetos culturais, atividades interdisciplinares, representatividade e situações de discussão sobre racismo no cotidiano escolar. Estudos recentes mostram que essas estratégias aparecem de diferentes formas nas instituições de ensino e podem contribuir para tornar as relações étnico-raciais parte efetiva da experiência educativa.

O tratamento das informações foi realizado por meio de leitura interpretativa e comparação entre as produções selecionadas. Inicialmente, foram identificadas as principais recorrências relacionadas aos desafios enfrentados pelos professores. Em seguida, analisaram-se as estratégias pedagógicas apresentadas nos estudos e seus possíveis impactos sobre a valorização da identidade negra, a desconstrução de estereótipos e a ampliação do conhecimento dos estudantes acerca da cultura afro-brasileira.

Por se tratar de uma pesquisa bibliográfica e documental, não houve aplicação direta de questionários, entrevistas ou instrumentos de avaliação junto a professores e estudantes. Assim, os resultados apresentados neste artigo correspondem à interpretação das evidências encontradas nos estudos e documentos analisados, e não à produção de dados empíricos próprios.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise das produções selecionadas evidência que a educação antirracista tem conquistado maior espaço nas discussões acadêmicas e nas políticas educacionais brasileiras, embora sua implementação nas escolas continue marcada por dificuldades e desigualdades.

Um primeiro aspecto identificado diz respeito à distância existente entre a previsão legal e a prática cotidiana. Mesmo com mais de duas décadas de vigência da Lei nº 10.639/2003, ainda são encontrados contextos escolares nos quais a história e a cultura afro-brasileira aparecem de maneira pontual, especialmente durante o mês de novembro. Essa concentração em datas comemorativas limita a possibilidade de compreender as relações étnico-raciais como dimensão permanente do currículo.

ISSN: 2358-8829

Tal situação indica que a existência de legislação, embora fundamental, não é suficiente para garantir mudanças efetivas. A inserção da temática depende de formação profissional, planejamento, materiais adequados e envolvimento da gestão escolar. Estudos recentes mostram que as relações raciais muitas vezes entram na prática docente apenas quando surgem situações espontâneas de conflito ou discriminação entre estudantes, em vez de aparecerem como conteúdo planejado e integrado ao currículo.

Outro resultado recorrente refere-se à formação dos professores, os estudos analisados mostram que parte das dificuldades encontradas na implementação da educação antirracista está associada à formação inicial e continuada. Muitos docentes reconhecem a importância de trabalhar a cultura afro-brasileira, mas ainda relatam insegurança sobre quais conteúdos abordar, como conduzir determinadas discussões ou como intervir diante de situações de racismo.

Esse aspecto merece atenção especial, não basta solicitar ao professor que desenvolva práticas antirracistas se sua própria trajetória formativa não lhe ofereceu fundamentos suficientes para compreender as relações raciais. Pesquisas recentes apontam que processos formativos específicos podem provocar mudanças importantes na maneira como os profissionais percebem currículo, linguagem, representação e conflitos presentes no cotidiano escolar.

A análise também demonstrou que existem experiências pedagógicas capazes de contribuir significativamente para uma educação mais crítica e inclusiva, literatura aparece com destaque entre essas práticas.

O trabalho com textos produzidos por escritores e escritoras negras permite não apenas abordar conteúdos linguísticos ou literários, mas apresentar perspectivas historicamente pouco valorizadas nos currículos. Estudos recentes que mobilizam a escrevivência como possibilidade pedagógica mostram que as experiências narradas pelos próprios estudantes podem favorecer reflexões sobre relações raciais e transformações no cotidiano escolar.

Esse resultado aponta para uma questão central: estudantes não devem ocupar apenas uma posição receptiva quando têm espaço para narrar suas próprias experiências, discutir situações vivenciadas e relacionar os conteúdos escolares às relações raciais presentes no cotidiano, o trabalho pedagógico tende a adquirir maior significado.

Outra dimensão identificada está relacionada à representatividade, a presença de personagens, autores, cientistas, artistas e lideranças negras nos materiais pedagógicos pode contribuir para ampliar as referências culturais dos estudantes. Historicamente, a população negra foi representada nos livros escolares de maneira muito associada à escravização, pobreza ou sofrimento, essas dimensões não devem ser apagadas, pois integram a história brasileira.

Entretanto, quando são as únicas referências apresentadas, podem reforçar uma visão limitada sobre a presença negra na sociedade. Uma educação antirracista precisa discutir

ISSN: 2358-8829

também resistência, produção intelectual, ciência, literatura, religiosidade, música, movimentos sociais e outras formas de protagonismo.

A revisão identificou igualmente experiências baseadas em atividades lúdicas e culturais, pesquisas recentes registram práticas envolvendo literatura, jogos, brincadeiras, visitações, atividades relacionadas à estética, discussões sobre diversidade religiosa e projetos interdisciplinares. Apesar dos desafios, essas experiências demonstram que é possível inserir a temática étnico-racial de forma mais concreta no cotidiano escolar, isso indica que não existe uma única metodologia considerada adequada.

As práticas podem variar conforme a faixa etária, o componente curricular e o contexto da escola, o elemento mais importante é a intencionalidade pedagógica. Nesse sentido, uma atividade de literatura pode assumir caráter antirracista quando possibilita discutir representações sociais e ampliar referências; uma aula de História pode contribuir quando apresenta sociedades africanas para além da escravização; uma aula de Ciências pode questionar a invisibilização de pesquisadores negros; e projetos artísticos podem explorar manifestações culturais afro-brasileiras com contextualização histórica e social.

Outro resultado significativo refere-se à presença do racismo nas relações cotidianas da escola. Pesquisas recentes demonstram que estudantes negros continuam vivenciando situações discriminatórias em ambientes escolares. Esses achados reforçam que a educação antirracista não pode restringir-se ao conteúdo curricular, pois também envolve a forma como conflitos são tratados, a postura da gestão diante de situações discriminatórias e a capacidade dos profissionais de reconhecer práticas racistas que podem aparecer sob a forma de brincadeiras, apelidos, exclusões ou comentários relacionados à aparência física.

Nesse ponto, a escola precisa atuar preventivamente e não apenas depois que o conflito já ocorreu, a construção de um ambiente antirracista implica estabelecer espaços de diálogo, rever materiais e práticas, acolher estudantes e desenvolver ações que valorizem diferentes identidades.

Outro aspecto importante identificado na revisão é que práticas antirracistas apresentam melhores condições de consolidação quando deixam de depender apenas da iniciativa individual do professor.

A criação da PNEERQ em 2024 reforça essa dimensão institucional. A política amplia o envolvimento das redes de ensino e sinaliza que o enfrentamento das desigualdades raciais precisa integrar planejamento, formação, gestão e acompanhamento educacional. A partir dos estudos analisados, observa-se, portanto, que os principais desafios podem ser agrupados em três dimensões: formação docente insuficiente, inserção ainda descontínua da temática no currículo e dificuldade de transformar políticas públicas em práticas escolares permanentes.

Por outro lado, também foram identificadas possibilidades concretas, literatura, escrevivências, projetos interdisciplinares, jogos, pesquisas biográficas, atividades artísticas,

ISSN: 2358-8829

discussão de experiências cotidianas e valorização de referências negras aparecem como estratégias capazes de aproximar o debate racial da realidade dos estudantes.

Os resultados sugerem ainda que essas práticas possuem maior potencial quando são desenvolvidas durante todo o ano letivo. Uma atividade isolada pode produzir impacto positivo, mas dificilmente modifica a cultura institucional de uma escola. A continuidade permite que diferentes componentes curriculares trabalhem a temática de maneira articulada, fazendo com que a educação antirracista deixe de ser compreendida como assunto específico de uma data comemorativa.

Assim, a análise confirma a ideia central do artigo: a inserção de conteúdos relacionados à história, cultura e identidade afro-brasileira pode contribuir para o fortalecimento do respeito à diversidade, para a desconstrução de estereótipos e para a construção de uma educação mais inclusiva. Ao mesmo tempo, persistem obstáculos relacionados à formação dos profissionais, aos materiais disponíveis e à efetivação das políticas educacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão desenvolvida neste estudo permite compreender que a educação antirracista e a valorização da cultura afro-brasileira constituem dimensões fundamentais para a construção de uma escola pública democrática, inclusiva e comprometida com a equidade racial. Ao longo da pesquisa, evidenciou-se que reconhecer a contribuição da população negra para a formação histórica, social, política e cultural do Brasil exige superar abordagens restritas à escravização e ampliar a presença de suas histórias, saberes, identidades, produções intelectuais e formas de resistência no currículo escolar.

Os resultados da análise bibliográfica e documental apontam que, embora a Lei nº 10.639/2003 represente um marco importante para a educação brasileira, sua existência não assegura, por si só, a efetivação de práticas pedagógicas antirracistas. Persistem desafios relacionados à formação inicial e continuada dos professores, à disponibilidade de materiais didáticos adequados, à integração da temática ao planejamento curricular e ao comprometimento das instituições de ensino com o enfrentamento das desigualdades étnico-raciais. Nesse contexto, a implementação da Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ), instituída em 2024, reforça a necessidade de ações articuladas entre professores, gestores, redes de ensino e instituições formadoras.

A pesquisa também evidenciou que diferentes estratégias pedagógicas, como a literatura afro-brasileira, a produção textual, as pesquisas biográficas, os jogos educativos, as atividades artísticas, os projetos interdisciplinares e as rodas de conversa, podem contribuir para ampliar a representatividade negra e promover reflexões críticas sobre o racismo e suas manifestações no cotidiano escolar. Entretanto, a efetividade dessas práticas depende de sua

ISSN: 2358-8829

intencionalidade pedagógica, contextualização histórica e continuidade ao longo do ano letivo, evitando que a valorização da cultura afro-brasileira fique limitada a datas comemorativas ou a iniciativas isoladas.

Outro aspecto fundamental diz respeito à responsabilidade coletiva na construção de ambientes escolares livres de discriminação. A educação antirracista não se limita à transmissão de conhecimentos, mas envolve a revisão de atitudes, discursos, materiais didáticos e relações estabelecidas no cotidiano da escola. Dessa forma, torna-se indispensável que as instituições educacionais desenvolvam ações preventivas, reconheçam as manifestações de racismo e promovam o respeito às diferentes identidades, contribuindo para o fortalecimento do sentimento de pertencimento, da autoestima e da formação crítica dos estudantes.

Conclui-se, portanto, que a consolidação de uma educação verdadeiramente antirracista depende da articulação entre políticas públicas, formação docente, práticas pedagógicas contextualizadas e compromisso institucional permanente. Valorizar a cultura afro-brasileira significa reconhecer a população negra como protagonista da história e da sociedade brasileira, contribuindo para a desconstrução de estereótipos e para a promoção de relações sociais fundamentadas no respeito, na justiça e na igualdade de direitos. Assim, a escola pública assume um papel estratégico na transformação das relações étnico-raciais, não apenas pela abordagem dos conteúdos curriculares, mas também pela construção cotidiana de experiências educativas que combatam o preconceito e valorizem a diversidade.

Por fim, considerando que este estudo se fundamentou em pesquisa bibliográfica e documental, suas conclusões correspondem à interpretação das produções acadêmicas e dos documentos analisados, não permitindo generalizações sobre a realidade de todas as instituições escolares. Recomenda-se, nesse sentido, o desenvolvimento de pesquisas futuras que investiguem experiências concretas de educação antirracista nas escolas públicas, considerando as percepções de professores, gestores e estudantes, bem como os desafios e as possibilidades de implementação dessas práticas. Espera-se que as reflexões apresentadas contribuam para o fortalecimento do debate educacional e para a construção de uma escola comprometida com a equidade racial, a valorização da cultura afro-brasileira e a formação de cidadãos conscientes, críticos e respeitosos diante da diversidade.

Palavras-chave: Educação antirracista; Cultura afro-brasileira; Escola pública; Diversidade cultural; Práticas pedagógicas.

ISSN: 2358-8829

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera **a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática 'História e Cultura Afro-Brasileira'. Brasília, DF, 2003.**

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola – PNEERQ. Brasília, DF: MEC, 2024.
BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria MEC nº 470, de 14 de maio de 2024. Institui a Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola** – PNEERQ. Brasília, DF: MEC, 2024.

COELHO, Marciele Nazaré et al. **Educação antirracista: transformação social e educativa em diferentes contextos.** Crítica Educativa, v. 8, n. 3, p. 1-24, 2022.

JESUS, Andréa Cristina Ulisses de; CASTANHEIRA, Maria Lúcia; ALMEIDA, Elizabeth Guzzo de. **Formação docente para o antirracismo nos Núcleos de Estudos das Relações Étnico-Raciais.** Educação e Inclusão, v. 13, n. 1, p. 121-142, 2025.

LOPES, Carla Machado; SOUZA, Camila Vianna de; DIONISIO, Tiago. **Professores antirracistas e suas experiências pedagógicas: contribuições teórico-metodológicas.** Revista Interinstitucional Artes de Educar, 2024.

RODRIGUES, Paula Caroline Meneses; ANDRADE, Jakeline Alencar. **Projeto Dandara e a importância de práticas pedagógicas comprometidas com a educação antirracista**. Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar, v. 11, n. 35, 2025.

SOUSA, Ana Lúcia Nunes de; PIO, Alessandra. **Relações étnico-raciais no ensino de Ciências: percepções de professoras(es) em um minicurso de formação**. Educação Por Escrito, v. 16, n. 1, 2025.

SOUZA, Neuzi Herculina Alves de; SILVA, Ivanil Magalhães da; FARIAS, Kátia Sebastiana Carvalho dos Santos. **Problematizações de práticas pedagógicas escolares e educação antirracista: a cultura africana e afro-brasileira na Lei 10.639/2003.** Revista Exitus, v. 14, n. 1, 2024.